

# Organização e legitimidade

Haroldo Meira

18 MAI 1991 CORREIO BRASILEIRO

Existe uma relação direta entre êxito administrativo e sensibilidade às reivindicações da comunidade. A comprová-lo, nos regimes políticos abertos, estão os resultados eleitorais. Os governadores que souberam ouvir as exigências e necessidades da população costumam obter nas eleições resultados muito superiores aos demais. As eleições brasileiras do ano passado constituíram uma prova disso.

Essa constatação poderia ser considerada até acaciana caso não houvesse alguns complicadores — e complicadores de peso. O primeiro tem suas raízes nos longos períodos em que a população brasileira não foi efetivamente ouvida em termos eleitorais. Durante 31 anos — e as eleições, para o Congresso davam-se sob tais condições que o próprio cidadão sabia que seu voto pouco influiria em qualquer decisão de peso.

Por estranho que pareça a abertura política registrada na virada da década nem sempre eliminou a práxis anterior. Muitos dos eleitores desde então exerceram seus mandatos de costas para o povo, fosse por estarem viabilizados no isolamento anterior, fosse por confiarem em instrumentos de manipulação da opinião pública. As eleições de 1990 lançaram uma pá de cal nisso tudo.

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, deu no final de sua campanha — logo ele que foi um dos aprovados no dramático teste do ano passado — uma lição nesse sentido. Perguntaram-lhe se ele aprovava determinadas obras conduzidas por um de seus antecessores. Sua resposta constituiu verdadeira aula de espírito público. Mostrou Roriz que, pessoalmente, talvez nem tivesse grandes restrições àquelas obras; no entanto, reconhecia que elas não correspondiam às legítimas aspirações da comunidade a que deveriam servir. Governador, ele portanto não as executaria.

Nesse momento, Roriz reiterou um de seus compromissos de maior porte, o de governar ouvindo o povo. De procurar saber, que dialogando diretamente com a comunidade, quer por meio de pesquisas, quer ainda por qualquer outro meio, o que a população realmente deseja. E, a partir daí, administrar. O prestígio do atual governador, medido no voto de outubro, não apenas consagra esse princípio como também afere o êxito de sua gestão anterior.

Por intermédio da organização e do diálogo é que se pretende manter e preservar a qualidade de vida de Brasília, não maculando o centro da cidade, berço das grandes decisões políticas do País. O Plano Piloto não pode assistir, por exemplo, à destruição do verde, peça lúdica do santuário ecológico em que se transformou a capital, um nicho especial onde a comunidade aprendeu a conviver com a natureza, com altos padrões de limpeza e de segurança.

É esse mesmo princípio que tenho procurado seguir na administração do Plano Piloto, área estratégica do Distrito Federal. A par do expediente chamado de normal, aquele dado nas obras e nas repartições, tenho buscado incessantemente o contato com a comunidade para conhecer suas reivindicações. As visitas a cada quadra, a cada conjunto, a cada área, a cada segmento popular enfim, tornaram-se prioritárias para mim e para minha equipe. Frequentemente, tarde da noite estamos ainda percorrendo o Plano, participando de reuniões e fazendo visitas.

Pude assim constatar que ouvir não é tão simples assim — e que muitos governantes não erraram, apenas por conservar vícios do passado. Trata-se, aí, de mais um dos complicadores a que nos referimos: quando a comunidade não se organiza, torna-se muito mais difícil definir, encaminhar e mesmo atender reivindicações.

É nesse ponto que se observa um

curioso contraste: as diversas comunidades satélites mostram-se muito mais organizadas que a do Plano Piloto. Nas, encontra-se com facilidade maior uma definição das reais necessidades, dos caminhos preferidos para seu atendimento e até de uma escala de prioridades capaz de orientar o administrador.

Pode-se argumentar que se trata de uma situação de fato. As carências seriam não apenas maiores nas cidades-satélites, mas também incontestáveis. O consenso seria mais fácil. Não é toda a verdade. Embora as carências costumem efetivamente revelar-se mais amplas nas satélites, a existência de um consenso quanto à prioridade e à objetividade no seu encaminhamento mostram que há mais um componente. De resto, também o Plano Piloto apresenta carências, mais sérias do que se poderia imaginar à primeira vista.

Trata-se efetivamente de organização. Falta à população do Plano Piloto, por seu ritmo ou pelo seu padrão de vida, uma escala de organização comparável à que encontramos na maioria das cidades-satélites. Tudo isso traz um risco adicional, o de que fujam à necessária representatividade, iludindo-se governantes e governados.

De nossa parte, não vamos esmorecer. Prosseguiremos em nosso esforço para identificar e atender às legítimas reivindicações da população, trabalhando para isso diuturnamente, como desde o início da atual administração. Dentro, porém, do desejo de cumprir a missão de acolher essas reivindicações, pretendemos contribuir também para que se estabeleçam os legítimos canais para seu encaminhamento. Afinal, a única verdade basilar do jogo político é a de que governar bem é fazer o que o povo realmente quer.

---

■ Haroldo Meira é administrador regional de Brasília